

Os vetos ao orçamento e o papel do Congresso

O presidente José Sarney usou o seu poder de voto e cortou CZ\$ 22,5 trilhões de despesas previstas no Orçamento Geral da União (OGU) que o Congresso Nacional havia aprovado no último dia 15 de dezembro, em uma de suas últimas medidas antes de ingressar no recesso parlamentar. Os vetos atingiram desde programas de controle das enchentes na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, orçados em CZ\$ 8,6 bilhões, até verbas para a merenda escolar, no montante de CZ\$ 557,1 bilhões, e créditos oficiais orçados em CZ\$ 13,9 trilhões.

O corte de despesas que o presidente efetuou representa cerca de 18,8% dos gastos totais previstos no OGU de CZ\$ 119,7 trilhões, superando em 5% os cortes que a Seplan pretendia executar. Com isso, diversos programas poderão ficar sem recursos até o reinício dos trabalhos legislativos, previsto para o dia 15 de fevereiro, entre eles a merenda escolar, subsídios às exportações e estoques reguladores.

Para impedir que isso ocorra, no entanto, o governo deve encaminhar ao Congresso, já no início da próxima semana, diversos projetos de suplementação especial de gastos, procurando, desse modo, recompor de forma total ou parcial vários projetos que foram vetados pela Presidência da República.

Alguns desses projetos, como os recursos destinados à alimentação nas escolas para as crianças mais carentes, foram cortadas devido às dificuldades — e às exigências legais — em se vetar apenas uma parte de determinada despesa. Isso quer dizer que nem tudo que o presidente vetou será efetivamente economizado, o que poderia reduzir o déficit público a níveis mais baixos do que os previstos pela Seplan. O montante dos cortes vai depender dos projetos de suplementação que o governo prepara e de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Este fato, aliado à manutenção de determinadas despesas,

deixa algumas dúvidas quanto ao real alcance dos vetos como forma de equilibrar as finanças da União. Um exemplo disso é o controvertido projeto da Ferrovia Norte—Sul que, com a dotação aumentada pelo Congresso em sua última sessão do ano, foi mantido intacto, com despesas orçadas em CZ\$ 137,6 bilhões.

Também na parte relativa à rolagem da dívida dos estados e dos municípios, a União deve receber CZ\$ 178 bilhões, a preços de junho de 1988, quando se planejava arrecadar algo próximo dos CZ\$ 372 bilhões. Isso porque estados e municípios poderão rolar até 92% de suas dívidas, ante o percentual de 75% pretendido pelo governo federal. Para cobrir essa diferença, um projeto de lei de crédito especial será encaminhado ao Congresso.

Apesar desse quadro e mesmo levando-se em conta que cortes mais profundos deveriam ter sido feitos, especialmente em projetos e dotações de interesse duvidoso para o País, já se tem um re-

ferencial das contas da União para este ano.

Naturalmente, espera-se que o Congresso Nacional, em recesso desde o início da terceira semana de dezembro, volte a se reunir com a maior brevidade para analisar os vetos presidenciais e os projetos de suplementação que o governo prepara. Do contrário, os projetos atingidos com cortes ficarão sem dotação até o final do recesso.

Mas o mais importante, sem dúvida, é que os congressistas que avocaram a si maiores responsabilidades com o novo texto constitucional passem, efetivamente, a exercer seu papel na sociedade. Ainda mais agora que há um grande esforço para se deter a inflação.

Infelizmente, os exemplos que foram dados pelo Congresso até o momento deixaram muito a desejar, com o adiamento de decisões importantes para a Nação, como o tabelamento dos juros, a lei de greve, entre outros, para depois do recesso parlamentar.